

Juros ficam em 12% e carta-patente é inegociável

CNBB leva ao Papa notícia do "fracasso"

"Santo Padre. Surdos aos pelos do Senhor e da nossa Conferência Episcopal, parlamentares fizeram fracassar a esperança de reforma agrária pela lei no Brasil". Este é um trecho do telegrama que a Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, enviou ontem ao Papa João Paulo II em La Paz, onde ele encontra-se em visita, comunicando o resultado da votação da reforma agrária na Constituinte, na terça-feira.

Junto com o texto do telegrama, a CNBB, divulgou uma nota oficial de protesto dizendo que "os latifundiários brasileiros estabeleceram o cativeiro da terra na nova Constituição" e acusando o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, de ter sido conivente com o Centrão e a UDR em uma manobra "que se utilizou de estelionato e falsificação de assinaturas de deputados". A nota tem seis pontos. Na sexta, a CNBB lembra que o Papa disse em audiência ao presidente José Sarney que a "reforma agrária não pode fracassar no Brasil. É uma questão de paz e justiça social, de garantia da democracia".

No telegrama enviado ontem à Bolívia, a CNBB comunica ao Papa que "253 constituintes, contrariando o pedido feito pelos trabalhadores que recolheram um milhão 200 mil assinaturas, consagraram em lei um novo tipo de apartheid contra os trabalhadores rurais". Finaliza afirmando que "a sociedade brasileira está apreensiva com a previsão do crescimento da violência do latifúndio".

Minas gostou da reforma aprovada

Belo Horizonte (Do correspondente) — Para o governador de Minas Gerais Newton Cardoso, a votação da proposta de reforma agrária realizada terça-feira na Constituinte foi de "consenso", aprovada por ele e pelos governadores do sul e de São Paulo, "para não ter o buraco negro". Newton Cardoso admite que Minas tem muita área improdutiva sobre as quais o governo mineiro vai atuar, fazendo reforma agrária até em terras do estado, com a participação do presidente da Federação dos trabalhadores na Agricultura (Fetaemg).

O governador mineiro adianta que o estado tem muitas terras improdutivas em nome do Bemge e do Bdmg, fruto de demandas com proprietários inadimplentes. Essas terras estão "paradas", completamente improdutivas. As fazendas serão cadastradas e depois distribuídas a colonos num trabalho de assentamento que deverá ser conduzido pelo presidente da Fetaemg, garante o governador. "Vou convocar a Fetaemg para, em um trabalho conjunto, fazermos a nossa reforma agrária, pelo menos nas terras improdutivas e paradas que temos".

Dentro de dez dias Newton Cardoso pretende apresentar ao Governo Federal, as propostas mineiras de reforma econômica, que na sua opinião, "são modificações profundas envolvendo privatização, cortes de ministérios, empresas públicas e autarquias. O governador de Minas entende que o estado moderno precisa se adaptar a nova realidade econômica internacional. "Hoje — disse ele — a economia não segue mais padrões ortodoxos, que foram sepultados. Atualmente, estamos partindo para o chamado liberalismo ético". Trata-se segundo Newton Cardoso, de uma proposta econômica mundial que vem sendo adotada pelos governos comunistas, socialistas, de centro e conservadores.

Sarney cria Fundo agrário no Mirad

O presidente José Sarney aprovou, ontem, decreto instituindo o Fundo Nacional de Reforma e Desenvolvimento Agrária (Fundamirad), que, segundo previsão do ministro Jader Barbalho, receberá oitenta milhões de cruzados do Finsocial até o final do ano, garantindo o assentamento de 200 mil famílias até o ano de 1993. "Agora a reforma agrária sairá do papel", frisou o ministro.

Previsto no Estatuto da Terra, elaborado em 1964, este fundo é criado com a finalidade de garantir recursos para o financiamento da política de assentamentos do Mirad. Além de 0,1% do Finsocial, o fundo aglutinará recursos oriundos de créditos adicionais ao orçamento Geral da União, doações de entidades nacionais ou internacionais, públicos ou privadas e até empréstimos com instituições estrangeiras.

O ministro Jader Barbalho, em entrevista no Palácio do Planalto, confessou sua apreensão com a decisão da Constituinte remeter para legislação complementar a questão da propriedade produtiva. Mas deixou claro que, enquanto não estiver aprovada a lei complementar, para efeito de desapropriação para fins de reforma agrária, prevalecerá as disposições contidas no decreto-lei 2.363/87 que exclui todas as áreas produtivas e pequenas e médias propriedades do processo de desapropriação. "É como a gravidez, ou está ou não está", disse.



O deputado Fernando Gasparian é abraçado por parlamentares após aprovação da sua emenda

Trabalhador rural já promete reagir e mudar o texto

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco, afirmou ontem que o movimento sindical não poderá "ser freio ou amortecedor" das possíveis reações contra a reforma agrária aprovada terça-feira pela Constituinte, "que é mais estreita que a atual Constituição e o Estatuto da Terra". Argumentou que o texto aprovado "é muito ruim" e, por isso, "resta ao trabalhador rural conquistar a terra através de seus próprios meios, para assegurar o direito à sobrevivência e à vida, que estão acima de tudo, inclusive, da Constituição".

José Francisco, que considera inevitável o aumento da violência no campo, prefere acreditar que seja possível iniciar um trabalho de base para conscientizar a sociedade da "importância da reforma agrária, para que ocorram verdadeiras mudanças". Isso, na primeira avaliação, seria a principal estratégia para tentar derubar durante a votação do segundo turno a expressão "propriedade produtiva", o que tornaria todas as propriedades rurais — exceto pequenas e médias — passíveis de desapropriação pelo descumprimento simultâneo dos requisitos da função social.

Reações
Após a votação da reforma agrária, a Contag se reuniu com



Francisco prevê forte reação

Contag acha Ulysses cúmplice

A Contag divulgou ontem uma nota repudiando a "cumplicidade" do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na utilização de um artifício regimental — o desta que para votação em separado (DVS) — que permitiu "a vitória da minoria sobre a maioria" durante a votação da reforma agrária. Segundo o presidente da entidade, José Francisco, além de ser "conivente com a extrema-direita e não prestar um serviço à classe trabalhadora", Ulysses permitiu a realização de uma votação irregular, onde foi levantada a denúncia de falsificação de assinaturas de vários parlamentares.

A Contag denunciou ainda as pressões exercidas pelo presidente da Constituinte sobre o líder do PMDB, senador Mário Covas, para que aceitasse o acordo proposto pelo PFL, que condicionava a aprovação do texto do relator Bernardo Cabral a apresentação de um DVS que suprimia o trecho que submetia as propriedades produtivas, que não

A Nova Carta

Integra do texto aprovado ontem na Assembleia Nacional Constituinte:

Título VII — Da Ordem Econômica e Social
Capítulo IV — Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 226 — O Sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar que disporá, inclusive, sobre:

I — a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurada às instituições bancárias oficiais privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário sendo vedado a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização;

II — a autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como dos órgãos oficiais liquidadores e resseguradores;

III — as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se

parlamentares e presidentes de 10 federações para fazer um balanço do que ocorreu nas duas últimas semanas quando a matéria foi exaustivamente discutida durante as tentativas de negociação entre o Centrão e a ala progressista. José Francisco, acredita que o trabalhador não saiu totalmente derrotado, pois além de ter a oportunidade de identificar os parlamentares "que pertencem à extrema-direita", perdem qualquer expectativa positiva "e engrossam o movimento sindical".

Lembrou que, de 1962 a 1964, quando as Ligas Camponesas mostraram sua disposição em "lutar pela reforma agrária", provocaram a edição do Estatuto da Terra pelo governo militar. "Isso não significa que os militares eram bonzinhos e sim que os trabalhadores rurais mostraram sua força através da luta". A Contag acredita que o texto aprovado terça-feira provocará as mesmas reações e será alterado em "três ou quatro anos, o que para quem está precisando da terra agora é muito tempo, mas como um processo é um período até reduzido".

Além da supressão do texto que proíbe a desapropriação de terras produtivas, a entidade espera conseguir uma definição correta, na legislação ordinária, do que vem a ser produtivo. Caso sejam consideradas produtivas as propriedades que possuem potencial para a produção e as que estão em vias de produzir, pouco mais de 0,4% dos 4,5 milhões de propriedades rurais poderá ser desapropriado. Isso porque 4 milhões de propriedades são de pequeno e médio porte e não estão incluídos no Plano de Reforma Agrária. As 500 mil propriedades restantes, no entanto, representam, segundo a Contag, 60% da área com capacidade de produção onde 10% estão classificadas como empresa rural — produzem efetivamente — e os outros 90% como latifúndio são improdutivos.

Inversão

Esse artifício regimental inverte a ordem de votação. Ou seja, remete ao grupo que deseja manter o texto como está o ônus de ter 280 votos para confirmar a aprovação. No caso específico da votação da reforma agrária, os pefelistas conseguiram 253 votos, enquanto que os progressistas atingiram 268. Apesar de terem maior número de votos, eles não conseguiram manter o texto.

Na nota a Contag lamentou que 9 milhões de trabalhadores rurais sindicalizados e 1,2 milhão de eleitores que subscreveram a emenda popular pró-reforma agrária não tenham "sua vontade respeitada". Ressaltou que "o corte brutal das esperanças dos que aguardavam a terra via legal e institucional, provoca movimentos espontâneos e incontroláveis na busca da terra por meio de ocupações, radicalizando os já graves conflitos fundiários".

referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:

IX — as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações diretas ou indiretas referentes a concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12 por cento ao ano. A cobrança acima desse limite será conceituada como crime de usura punida em todas as suas modalidades, nos termos em que a lei determinar;

Parágrafo 1º — A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Parágrafo 2º — Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

Pedido sobre fraude deverá ser rejeitado

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), vai indeferir requerimento do líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), pedindo a impugnação da votação do capítulo da reforma agrária, na qual teria havido fraude nas assinaturas de pelo menos dez parlamentares que subscreveram o pedido de destaque em separado do Centrão. A posição de Ulysses foi anunciada antes mesmo que Brandão entregasse formalmente o requerimento, apoiado por mais de 100 signatários.

Ulysses Guimarães argumentou que em qualquer processo legislativo normal às vezes correm fraudes, que se tornam sérias quando influenciam na votação. Esse caso não aconteceu, segundo ele, porque o número de parlamentares que questionou as assinaturas no pedido de destaque do Centrão não é suficiente para alterar o resultado da votação. De acordo com o presidente da Constituinte, o pedido de destaque tinha 199 assinaturas, quando o necessário são 187. Portanto, mesmo se as assinaturas contestadas fossem impugnadas de nada influenciariam a aceitação do pedido do Centrão.

O deputado Brandão Monteiro não se conforma com essa argumentação. Para ele, Ulysses Guimarães "está mais uma vez empurrando com a barriga fatos graves que sempre aconteceram na Constituinte". Brandão anunciou que vai recorrer da decisão de Ulysses ao Supremo Tribunal Federal. O deputado José Genoino (PT-SP) concorda com o líder do PDT e diz que o fato mais grave é que foi retirado da futura Constituição um dispositivo que não alcançou o quorum de 280 votos, teve apenas 253. Segundo Genoino, a esquerda vai tentar retirar a expressão "terra produtiva" do capítulo da reforma agrária no segundo turno.

Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, não se interessou em assinar o requerimento de Brandão Monteiro. O senador acredita que, mesmo que tenha ocorrido fraude, o Centrão tinha um número de assinaturas suficientes para aprovar seu pedido de destaque. O vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira, afirma que a atitude do líder do PDT "não tem nenhuma base regimental". Ele garante que não houve fraude.

De qualquer forma, o deputado Luis Freire (PMDB-PE) encaminhou ontem à Mesa da Constituinte um requerimento pedindo apuração da fraude.



Brandão: há irregularidades

A Constituinte aprovou ontem, por 314 votos contra 112 e 34 abstenções, emenda do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano. A proposta prevê também que a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura e punida, em todas as suas modalidades, nos termos em que a lei determinar. Durante as votações, foi aprovado todo o capítulo que trata do sistema financeiro nacional.

Pelo substitutivo do Centrão, aprovado pelo plenário, a nova Constituição mantém a carta patente para autorizar o funcionamento das instituições financeiras, mas proíbe sua negociação ou transferência. Qualquer pessoa jurídica cujos "dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada", e que comprove capacidade econômica, poderá abrir um banco por exemplo.

Ao comentar a aprovação da emenda que limita a taxa de juros em 12% ao ano, o ex-ministro e deputado Delfim Netto (PDS-SP) ironizou, dizendo que agora será possível fixar desde o salário real até o preço das latas de sardinhas.

"Na medida que os juros passarem da taxa fixada, o restante será pago por fora. E é muito

Acordo com FMI ameaçado

Guilherme Soares
Editor de Economia

Ao contrário do que parece, a limitação dos juros aprovada ontem na Constituinte, trará, a médio prazo, mais inflação. A curtíssimo prazo, deve atrapalhar as negociações do Brasil com os credores externos. A missão do Fundo Monetário Internacional que chega hoje vem justamente com uma exigência: o Brasil tem que aumentar, e logo, os juros reais, considerados baixos.

O receituário do FMI para diminuir a inflação é o que se convencionou chamar de monetarista ortodoxo. É preciso encarecer o custo da moeda, através do aumento das taxas de juros, para evitar sua circulação veloz. Em outras palavras, quando o dinheiro é caro ninguém se arrisca a tomá-lo emprestado para gastar em consumo ou investir em qualquer negócio. E o corte da demanda, normalmente associado à redução do nível de atividade econômica e até mesmo à recessão.

Os três técnicos do FMI vêm justamente para dizer que, no nível atual de inflação (18 a 20% ao mês), os juros cobrados pelo sistema financeiro estimulam a procura pela moeda. Tanto isso é verdade que há casos de bancos que oferecem a clientes

provável que o mundo vá operar a 12%, mesmo quando a taxa real for de 6%", previu o parlamentar pedesista.

Já o autor da emenda, deputado Fernando Gasparian, explicou que o limite máximo de 12% de juros ao ano é um teto até generoso para o setor bancário, que poderá operar com valores bem menores e com lucratividade, uma vez que estas mesmas instituições, no exterior, fazem enormes lucros trabalhando com taxas de juros reais sensivelmente inferiores.

Na sessão de ontem, o plenário aprovou ainda, por 289 votos contra 153 e 15 abstenções, emenda do deputado Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG) que proíbe aos bancos a participarem de atividades fora do mercado financeiro bancário.

Segundo o autor da proposta, com a nova Carta vão acabar os supermercados dos bancos, que em troca da concessão de um empréstimo obrigam o cliente a comprar passagens, viagens turísticas e seguros em suas empresas.

O plenário rejeitou ainda, em votações separadas, emendas do deputado Luiz Gushikem (PT-SP), que nacionalizava os bancos, e do senador, Aluizio Bezerra (PMDB-AC), que pretendia estizar estas instituições financeiras. A Constituinte somente iniciará a votação do título que trata da Ordem Social na próxima segunda-feira.

Para técnico, inflação sobe

A decisão da Assembleia Nacional Constituinte de fixar em 12% o teto para a taxa anual de juros que pode ser cobrada pelo sistema bancário terá como consequência um aumento da inflação, porque, com juros tabelados, será muito difícil exercer o controle da política monetária.

A previsão foi feita ontem à noite por um técnico do Banco Central consultado pelo Jornal de Brasília. Ele não estava informado da decisão e reagiu com indignação ao tomar conhecimento dele. Mas não quis ser identificado como fonte de informação, alegando que a instituição precisaria debater o assunto antes de se manifestar oficialmente a respeito.

O mesmo técnico explicou a sua indignação. Segundo ele, a taxa de juros é uma das principais opções da autoridade monetária para refrear a inflação. E com ela que o Banco Central age para conter ou expandir a circulação da moeda. Sem este instrumento, ele acha que a inflação só pode subir.

O diretor do BC disse que, hoje, fica difícil estabelecer uma média para as taxas de juros vigentes no mercado. No entanto, informou que as grandes empresas conseguem créditos a juros só um pouco superiores à correção monetária. Já o crédito pessoal, os juros reais são bem mais elevados, e no crédito direto ao consumidor alcançam em torno de 30%.

BASTA! AOS ALTOS CHEFES DAS FORÇAS ARMADAS:

A Nova República nasceu com fraca legitimidade e, hoje, marcha aceleradamente para a ilegitimidade. Mas o povo de fome e destituição não se dá por vencido.

Corrupta e incompetente mais do que o péssimo governo do General Figueiredo, entreguista como ninguém o foi, não tem o direito de defraudar o povo brasileiro, ficando obedeiente às ordens do FMI na negociação de dívida que a Nação já pagou.

Mal assessorado e revelando incoerente ambição de continuar, para a execução desta traição contra o Brasil, o Presidente Sarney cria crise institucional artificial, provocando conflito entre os poderes da república, reúne presidentes de tribunais federais e tenta nessa marcha continuísta envolver os ministros militares.

Saibam VV Exas... Senhores ministros Militares, que em consequência de suas declarações, nos últimos sessenta dias, o povo começa a rotular essa corrupta Nova República como regime militar.

Tenho consciência de que os militares no interior dos quartéis, julgavam-se satisfeitos por verem se extinguir, depois de 20 anos, as responsabilidades do poder. Assim, de forma alguma, desejem de novo ser responsáveis pela corrupção, desmandos, falta de autoridade e entreguismo que al estão. Almejam permanecer no desempenho de suas obrigações constitucionais, vendo, como saída pacífica, para a mais grave crise da História do Brasil, as eleições diretas majoritárias, ainda no corrente ano, a fim de terem como comandante das Forças Armadas um Presidente com autoridade e responsabilidade para executar um projeto nacionalista e democrático de libertação do Brasil.

V.V. Exas. não têm o direito de alarmar a Nação com Ordem do Dia sibilar na comemoração da Vitória que a FEB ganhou para redemocratizar o Brasil. São palavras que lembram os grandeeiros do General Góes Monteiro na preparação do golpe de 57. E eu vi.

Em nome da Nação brasileira, lembro a V.V. Exas. conduta dos altos chefes militares do passado na transição democrática de 1945, para que V.V. Exas. mantenham as Forças Armadas do desempenho constitucional, garantindo as eleições majoritárias deste ano, por decisão soberana do Congresso Constituinte, livre de pressões militares indebitas, que transferem para os militares a responsabilidade dessa marcha para o desconhecido, que são os rumos da Nova República.

Brasília, 10 de maio de 1988
ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA